

18º Congresso Brasileiro de Sociologia

26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

Grupo de Trabalho 19: Literatura e Ciências Sociais

Clube Obscena Lucidez:

Acervo pessoal e economia simbólica em Hilda Hilst

Clovis Carvalho Britto

Universidade Federal de Sergipe

Clube Obscena Lucidez:
Acervo pessoal e economia simbólica em Hilda Hilst

Clovis Carvalho Britto*

“E o que foi a vida? uma aventura obscena, de tão lúcida.”
Hilda Hilst (2001, p. 71)

“Gostaria de continuar viva, mas, também, tenho muito medo
é preciso uma resistência enorme.”
Hilda Hilst (*In*: DINIZ, 2013, p. 127)

“Obscena Lucidez” é um clube de assinatura de reproduções de documentos e objetos relacionados ao universo da escritora paulista Hilda Hilst (1930-2004), projeto do Instituto Hilda Hilst em parceria com a Editora Companhia das Letras que propicia o envio de livros em pré-lançamento e edições em tiragens especiais para os associados. Por meio das redes sociais, o clube realiza uma operação metalingüística ao conquistar associados cuja contribuição auxilia a construção de acervos a partir do acervo da autora, a manutenção das atividades do Instituto, a preservação do acervo, a circulação da energia social em torno da marca Hilda Hilst e, por sua vez, de sua literatura.

Este trabalho analisa a produção da crença na escritora a partir da economia de símbolos promovida por seu acervo pessoal e potencializada pelo clube literário. Em um primeiro momento, apresento um retrospecto de meus itinerários de pesquisa sobre o acervo da autora, delineando meu percurso de leitura a partir das adoções teórico-metodológicas. Em segundo lugar, tendo como recurso uma etnografia do acervo como membro do clube que iniciou suas atividades em dezembro de 2016 com o envio mensal de caixas contendo reproduções do acervo integrante da Sala de Memória Casa do Sol, compostas de cópias numeradas e fac-símiles de desenhos, cartas, escritos inéditos e objetos relacionados à Hilda Hilst, visualizo em que medida o acervo literário se transforma em souvenir e contribui para a formação de novos acervos relacionados à memória da escritora.

* Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília. Professor na Universidade Federal de Sergipe. E-mail: clovisbritto5@hotmail.com

Acervo pessoal e economia simbólica: arquivando itinerários de pesquisa

Em 2011, quando defendi a tese de doutoramento sobre uma sociologia dos acervos pessoais de escritoras brasileiras, atentei para um movimento que se fortalecia no intuito de transformar os acervos literários em produtos que acionavam a trama da economia de símbolos. Os documentos que integravam essas coleções se transformavam em motivos para a criação de exposições, edições, reedições, pesquisas de crítica genética, fundação de museus e centros culturais etc. Naquele momento, concluí a pesquisa destacando o gesto metonímico do turista (estendido ao admirador ou pesquisador) de “levar os catálogos para casa”, como se levasse o acervo e a “intimidade” dos autores, na tentativa de acessar os bastidores da criação (BRITTO, 2011). Nesse aspecto, creio que é conveniente ressaltar que o exercício retrospectivo e prospectivo aqui apresentado também consiste em uma forma de “arquivar a própria vida” (ARTIÉRES, 1998) e de me incluir nos embates de fabricação dos legados no campo literário brasileiro (BOURDIEU, 2002).

Observei que esse crescente interesse pelos acervos pessoais de escritores a partir de sua exposição e reprodução consistia em importante indício de produção da crença no mercado de bens simbólicos, cujos produtos fabricavam a imortalidade (ABREU, 1996) e, conseqüentemente, a energia em torno do nome, instituindo o renome no campo literário. Nesse sentido, percorri as veredas analíticas de Pierre Bourdieu (2002) quando examinou o conluio objetivo dos interesses produzido nos circuitos de criação e circulação que, inseparavelmente, confere legitimidade a determinados bens ou pessoas e cria “consumidores *convertidos*, dispostos a abordá-los como tais e pagar o preço, material ou simbólico, necessário para deles se apropriarem” (p. 169). Para tanto, examinei a constituição de um capital simbólico de legitimidade, conferido de acordo com as posições no espaço de produção simbólico e os mecanismos de transferência para objetos e/ou pessoas. O intuito foi perceber os círculos de consagração cada vez mais duradouros e o modo como os agentes se apropriavam de uma parcela do produto do trabalho de consagração que não é apenas “um *indício* de uma posição na distribuição do capital específico, mas representa concretamente a parcela do lucro simbólico (e, correlativamente, material) que eles estão em condições de obter da produção do campo em seu conjunto” (p. 171).

Percebendo a lógica mercantil dos usos, ou seja, as disposições de fazer, de ser e de se expressar em virtude das possibilidades de escolha, destaquei formas de acesso e de utilização dos bens inseridos no mercado constituído monetariamente. O consumo, nesses termos, é entendido como um sistema de significação que supre não apenas necessidades materiais, alcançando necessidades simbólicas. A economia simbólica se definiria pela característica mútua que passa a articular ócio e negócio: “a economia de símbolos e espaços diz respeito, logo, à maneira tal qual na sociedade de consumidores o entretenimento se define como um mecanismo de consagração e instância de legitimidade das práticas culturais”. (FARIAS, 2005, p. 675)

Naquele momento destaquei ser significativo atentar para essa ação coletiva que funciona para além daquele que produziu a obra e que continua a deter autoridade por estar associada à idéia de raridade pela imposição de uma *griffe*, ato simbólico de marcação. De acordo com Pierre Bourdieu (2002), a questão a ser colocada é como continuar produzindo determinada “marca” (objeto simbólico envolvido pela noção de raridade pela assinatura), sem a presença física do “criador da marca” (indivíduo biológico habilitado a inserir sua assinatura). Na verdade, é a raridade da posição que o agente ocupa no campo que faz a raridade de seus produtos e esse poder, essa fé na magia da assinatura, não pertence somente ao produtor das obras, mas é fruto das lutas incessantes do campo de produção simbólico, por isso, o autor conclui que a pergunta a ser lançada não é o que cria o criador, mas quem cria o criador. Produzir bens associados à determinada *griffe*, é fabricar um produto fabricado e produzir as condições de eficácia da *griffe* transformando seu valor econômico e simbólico. Nesse aspecto, a *griffe* se torna a manifestação da transferência do valor simbólico que altera a qualidade social dos produtos e pode ser visualizada, no caso do campo literário, na assinatura do escritor, nos prefácios escritos por autores célebres, nas marcas de uma editora etc.

Na verdade, os acervos literários possuem valor estratégico, pois consistem em indícios e manifestação material de determinados aspectos da trajetória e das obras que interessam consagrar. Surgem, assim, mecanismos que conferem legitimidade (e ilegitimidade) a ações empreendidas em nome da prevalência de determinadas leituras sobre o passado (versões concorrentes) e do monopólio do direito de falar sobre o passado (capitais diferenciados).

É por essa razão que segui a orientação de Luciana Heymann (2004) ao visualizar como os acervos interferem na construção de legados. Não apenas como herança material e política deixada às gerações futuras, mas entendidos como investimento social em virtude do qual uma determinada memória individual é transformada em exemplar ou fundadora de um projeto: “a produção de um legado implica na atualização constante do conteúdo que lhe é atribuído, bem como na afirmação da importância de sua rememoração” (p. 3). Os agentes interessados se utilizam dos acervos como instrumentos úteis para a criação, manutenção e divulgação da memória do personagem, fomentando a criação de espaços de evocação da imagem e de atualização da trajetória do titular por meio de trabalhos acadêmicos, reedições, exposições, eventos e comemorações. Portanto, não desconsidere as estratégias que o próprio titular forjou visando criar uma memória que sobrevivesse a sua morte, das quais a constituição do acervo pessoal seria um ilustrativo exemplo. Mas o que me interessava era perceber as apropriações posteriores dessa memória e as formas de encenação da “imortalidade” instituídas pelos agentes e instituições que se revestem da condição de “herdeiros” ou “guardiães”.

Seguindo essas orientações, observei ao longo da pesquisa que a produção do legado se estabelece conjuntamente com a produção da crença nesse legado. Para além da existência de uma trajetória e de um projeto criador considerado excepcional, torna-se necessário que a energia social produzida em torno de um nome próprio se estenda ao longo do tempo. Quanto maior a extensão cronológica do prestígio, maior é a eficácia dos mecanismos materiais e simbólicos mobilizados contra a ameaça do esquecimento. Desse modo, não basta ser um escritor conhecido e reconhecido em sua geração, é necessário reunir subsídios para que sua obra conquiste perenidade ou reconquiste o prestígio perdido ou não obtido em outros tempos. Tarefas empreendidas pelo conjunto de agentes que integram o espaço de possíveis expressivos de produção simbólica: escritores, editores, críticos literários, biógrafos, jornalistas, dentre outros. Ações que convergem para o estabelecimento de uma “marca” distintiva, identificada com o capital simbolizado por seu nome e renome e, conseqüentemente, com a posição ocupada no campo simbólico.

Somado a essas considerações, também sublinhei os “feitiços” provocados pelos acervos pessoais. Crenças produzidas pela documentação pessoal que

transparecem um entendimento romântico de uma pretensa intimidade ou uma faceta mais “verdadeira” dos agentes envolvidos. Ângela de Castro Gomes (1998) compreende que, atravessados pela marca da personalidade do titular, os acervos, outrora inacessíveis ao grande público, promovem um encantamento gerador de ilusões de espontaneidade, verdade e autenticidade. Nesse aspecto, me aproximei das análises de Eneida Cunha (2003) quando concebeu que as instituições detentoras de acervos pessoais também constroem um texto autobiográfico, impondo sua própria narrativa, aberta à leitura, mas resistente a interpretações que possam desvirtuar, rasurar ou alterar a imagem instituída do escritor, especialmente à instituição de biografias alternativas. A instituição detentora dos acervos deteria, assim, “a prerrogativa de uma ‘atividade’, que se faz em prol da divulgação, autorizada, de uma determinada imagem do escritor e de uma determinada vertente de leitura de sua obra.” (p. 127)

Esse preâmbulo, além de rememorar minhas problemáticas de pesquisa e trazer um pouco do estado da arte sobre acervos literários naquele momento da investigação, contribui para evidenciar os caminhos da tessitura de meu pensamento atual. Um entendimento que me perseguia consistia na problematização ou no alargamento da noção de literatura. Optei pela utilização da expressão “sociologia da vida literária” e a pesquisa reconhecia o próprio acervo enquanto obra. Além disso, a opção pelo termo acervo, ao invés de arquivo, já abarcava os objetos tridimensionais, a exemplo da biblioteca pessoal e objetos pessoais relacionados à atuação profissional dos agentes, denotando a diversidade de materiais que integram essas coleções, constituindo repertórios da vida literária:

Móveis, quadros, máquinas de escrever, canetas, medalhas, selos, lembranças de viagens, peças de indumentárias, esculturas, pinturas, caixas de música e muitos outros objetos, formando uma coleção heterogênea, que tem um único denominador comum: terem pertencido a nossos escritores ou estarem a ele relacionados. Esses objetos, por seu valor intrínseco, justificam a sua incorporação [...] como documentos enriquecedores da compreensão, pontos de referência e fontes para a reflexão indispensável à recomposição do mundo, ficcional e não ficcional, como da personalidade de seus possuidores. Esses objetos crescem de importância quando nos permitem torná-los vivos e atuantes como elementos fundamentais nas exposições. (VASCONCELOS, 1997, p. 247)

Na verdade, se nos últimos anos tenho ampliado meu entendimento sobre documento, acervo pessoal e literatura, abarcando outras tipologias e suportes a exemplo dos objetos pessoais, isso também é provocado pelo crescente movimento

desempenhado pelas instituições detentoras de acervos pessoais e, no meu interesse, de acervos literários. Exposições museológicas com textos inéditos e objetos pessoais, publicações de fac-símiles de manuscritos, datiloscritos e desenhos, criação de instituições de memória para preservar e promover essa documentação, e todo um conjunto de ações visando gerir o legado do escritor tem, a cada dia, estabelecido novas formas de encenar a imortalidade (ABREU, 1996) e conquistar visibilidade por meio da transformação do acervo em souvenir que, por sua vez, contribui para a formação de novos acervos. Os objetos se tornam, nesse caso, marcadores tangíveis da experiência em torno da vida literária, testemunhos materiais imersos nos círculos de consagração e nas relações de reciprocidade:

É nesse sentido que é possível falar numa memória que impregna e restitui 'a alma nas coisas', referida a uma paisagem (inter) subjetiva onde o objeto (re) situa o sujeito no mundo vivido mediante o trabalho da memória, ou ainda, é da força e dinâmica da memória coletiva que o objeto, enquanto expressão da materialidade da cultura de um grupo social, remete à elasticidade da memória como forma de fortalecer os vínculos com o lugar, considerando as tensões próprias do esquecimento. Daí que as imagens dos objetos também 'circulam' nos meandros das memórias dos sujeitos, carreando lembranças de situações vividas outrora, permeadas por certas sutilezas e emoções próprias do ato de lutar contra o esquecimento e a finitude do ser, bem como de seus vínculos com o seu lugar de pertença. (SILVEIRA; LIMA FILHO, 2005, p. 39)

Tendo como guia essas questões, acredito que o acervo de Hilda Hilst que integra a Casa do Sol, em Campinas-SP, consiste em oportuno exemplo dessas reinvenções dos acervos literários nas tramas da economia de símbolos, permitindo evidenciar algumas novas rotas de pesquisa que tenho me aventurado atualmente para investigar o campo literário brasileiro. A princípio, minha preocupação estava voltada para a compreensão da constituição do acervo pessoal da escritora paulista, os impactos de sua mudança e tratamento técnico no Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio (CEDAE) da Universidade Estadual de Campinas, a partir de 1995, e o conjunto de ações de monumentalização de seu legado acionado por esses documentos: manuscritos, datiloscritos, correspondência, diários, fortuna crítica, fotografias etc. (BRITTO, 2011). No mesmo sentido, já se insinuava a articulação de objetos pessoais e de exemplares de sua biblioteca (de propriedade do Instituto Hilda Hilst) nas exposições realizadas pelo CEDAE que tinham como foco principal o acervo documental da escritora.

Criado no ano da morte da autora, em 2004, o Instituto Hilda Hilst não apenas produz e preserva parte da memória material de Hilda (convém lembrarmos que a

Casa do Sol, com seus móveis e demais objetos, além da biblioteca pessoal da autora, pertencem à Instituição). Nesse aspecto, dialoguei com Andrea Delgado (2003) quando afirma que as casas de escritores ou museus reproduzindo tais espaços também engendram incessantemente, com as práticas de comemoração, determinados significados para o “monumento”. Após a morte de Hilda, amigos próximos decidiram transformar o sítio onde a escritora morou e elaborou a maior parte de sua obra em um centro cultural. José Luis Mora Fuentes, que já havia sido escolhido por Hilda como seu herdeiro e inventariante no espólio, se tornou presidente da Instituição Hilda Hilst – Casa do Sol Viva, nome modificado em 2007 para Instituto Hilda Hilst – Centro de Estudos Casa do Sol. Um conjunto de ações foi realizado com o intuito de divulgar a obra da escritora e também aumentar o capital simbólico do Instituto que há alguns anos havia elaborado um projeto de revitalização de sua sede e que aguardava patrocínio, objetivando a construção de um teatro, a organização da biblioteca da autora e a construção de residências para bolsistas, além da restauração do imóvel. Com a morte de Mora Fuentes, em 2010, seu filho Daniel Fuentes assumiu a presidência do Instituto e iniciou um conjunto de ações com centralidade no imóvel (também considerado um dos principais objetos relacionados à Hilda Hilst) e ao acervo pessoal da escritora. Essa breve lembrança traduz meu último contato com o conjunto de documentos de Hilda em 2011.

Seis anos me separam da pesquisa envolvendo o acervo de Hilda Hilst. Nesse ínterim, um conjunto de ações foi implementado pelo Instituto, constando de visitas a Casa do Sol, Programa de Residências Artísticas e parcerias em produtos culturais que utilizam a obra da escritora, visto que é o administrador de seus direitos autorais. É oportuno destacar também o tombamento da Casa do Sol pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (CONDEPACC) e a criação da Sala de Memória da Casa do Sol: “biblioteca particular de Hilda, livros com anotações, fotos, filmes, fitas de áudio e escritos de modo geral (inéditos incluídos), além de objetos e da própria Casa que é, em si, a principal peça do acervo.” (*In*: RODRIGUEZ, 2015, p. 93) Em meio a essas configurações, acredito que um dos projetos que consegue sintetizar esse conjunto de experiências em torno do acervo da escritora consiste no “Clube Obscena Lucidez”, clube de assinaturas de objetos e documentos relacionados ao universo de Hilda Hilst, criado pelo Instituto em dezembro de 2016 e que é exemplar de algumas estratégias das instituições

detentoras de acervos literários nas tramas contemporâneas da economia de símbolos.

Caixas obscenas: encenação da imortalidade e multiplicação de arquivamentos

Em dezembro de 2016 me associei ao “Clube Obscena Lucidez” com o intuito de receber reproduções do acervo de Hilda Hilst, obras em pré-lançamento e objetos relacionados à sua vida literária, ampliando, assim, meu próprio acervo pessoal. Do mesmo modo, meu intuito foi dilatar o acervo de problemas em torno das pesquisas sobre acervos literários. Nesses termos, parti das orientações de Celso Castro e de Olívia Cunha (2005) ao evidenciarem o arquivo (e aqui utilizo a ideia de acervo) como um campo atravessado por jogos de poder, visando compreender a produção desses registros documentais como fontes e os impactos dessas configurações na tessitura de legados. As relações estabelecidas tornaram-se fontes para leituras novas, estabelecendo acervos em rede e outras disputas: “as implicações políticas e discursivas dessas formas de intervenção nos permitem imaginar o arquivo como campo povoado por sujeitos, práticas e relações suscetíveis à análise e à experimentação antropológica.” (p. 4)

É indiscutível que o clube de assinaturas consiste em uma das múltiplas estratégias de encenação da imortalidade em torno do legado de Hilda Hilst (ABREU, 1996). A diferença, nesse caso, consiste em utilizar o acervo pessoal da escritora para gerar lucros simbólicos e econômicos que se retroalimentam na preservação e promoção desses documentos literários, instituindo uma rede de consumidores e instaurando múltiplos arquivamentos. Cada um dos membros do clube pode “receber uma parcela do acervo em casa”, ao mesmo tempo em que integra um conjunto seletivo de agentes que recebem os lançamentos e informações sobre o universo hilstiano. Não me interessa aqui debater sobre a autenticidade e a reprodutibilidade técnica dos documentos integrantes do acervo (BENJAMIN, 1994) que podem ser vistos como objetos biografados¹, mas analisar como as “caixas

¹ Essas reproduções, apesar de não terem envelhecido com a anfitriã do espaço, auxiliam a narrativa biográfica empreendida pelo Instituto e, portanto, podem ser reconhecidos como objetos biografados, no sentido apresentado por Francisco Régis Lopes Ramos (2004), objeto apresentado como biográfico sem sê-lo: “foi para um museu e, por causa disso, passou a ter uma biografia singular:

obscenas” constroem a impressão de proximidade com Hilst ao acessar os bastidores da criação e, ao mesmo tempo, transforma-se em capital simbólico importante entre pesquisadores e admiradores da autora. Nesses termos, este artigo também se torna outra forma de arquivamento, estimulada pela repercussão das ações do clube, conforme sublinhou Daniel Fuentes, idealizador do projeto:

Sempre haverá algo ligado à curadoria do acervo, como reproduções de pôsteres, fac-símiles, postais colecionáveis – em tiragens inéditas, exclusivas e numeradas – ou objetos produzidos a partir desse material. [...] A ideia do clube é ativar nossos seguidores e nossa rede de apoiadores para esse esforço de manutenção do legado de Hilda. Ao mesmo tempo é uma ação interessante para o conteúdo do acervo, porque muitos desses materiais preciosos não chegariam ao público por caminhos normais do mercado. (In: MASSUELA, 2017, p. 1)

Na verdade, a própria ideia de acessar “materiais preciosos” fora dos caminhos “normais” do mercado consiste em uma crença alimentada pelo clube de assinaturas que, por sua vez, traduz a trajetória de Hilda Hilst que no final da vida partiu para a temática obscena visando alcançar visibilidade no campo literário. Nesse aspecto, o nome do clube consiste em importante indício, não apenas por dialogar com o título de *A obscena Senhora D* (HILST, 2001) – obra integrante de sua trilogia obscena -, mas por colocar em evidência a questão do mercado editorial e a produção da crença na autoridade da criação.

Devido à explosão erótica/obscena em sua lírica e prosa de ficção, Hilda foi sendo posta no vão da escada, para utilizarmos a metáfora que cunhou para Hillé, protagonista de *A obscena senhora D* que inicia com a frase: “Vi-me afastada do centro de alguma coisa que não sei dar nome” (HILST, 2001, p. 17). Talvez essa condição afastada do centro do campo literário brasileiro tenha contribuído para que nas últimas obras explicitasse com veemência os bastidores desse espaço de possíveis, inserindo em seus livros personagens escritores e editores, um modo de desabafo e denúncia. Conforme destaca Alcir Pécora (2010), o sentido do “obsceno” não se dissocia da economia do livro: a transformação da arte em mercadoria “é a aporia mais óbvia do obsceno. (...) A obscenidade evidenciada é a do ‘livro’ que se apresenta com objeto que, paradoxalmente, não pertence ao talento do seu autor, ou ao ato de invenção investido nele, mas ao editor, entendido como mercador” (p. 22). Sentindo na pele essa experiência, seus livros problematizam as relações do

artefato cuja vida tem mais importância (e uma narrativa) pelo fato de ser visto como testemunho da vida de uma personalidade” (p. 114).

sistema literário. A princípio, timidamente, como nos “Poemas aos homens do nosso tempo”, integrantes de *Júbilo, memória, noviciado da paixão* (1974). Depois, de modo explícito nas narrativas *O caderno rosa de Lori Lamby* (1990), *Contos d’escárnio: textos grotescos* (1990) e *Cartas de um sedutor* (1991):

Da mistura com o riso incompatível, há o ataque ao modo de existência de um sistema literário que desvaloriza as boas obras, fadadas a permanecerem no ostracismo e com seus criadores – os escritores – morrendo à míngua. Assim será com o pai de Lori, com Hans Haeckel e Stamatius, duplos de Hilda. Por outro lado, literatura de bandalheiras, aquela sem qualidade, é tratada com prestígio de edição e vendagem e seus autores são incensados. Na ficção, esse escritor picareta aparece personificado como Karl, o escritor vendido; como Crasso, que escreve as suas memórias como lixo narrativo e, em última instância, como Lori, a menininha que escreve um pseudodiário obscuro para salvar o pai da falência intelectual e criativa. Para atacar esse sistema, Hilda Hilst elegerá uma figura-chave: o editor. Ao aparecer como personagem – direta ou indiretamente – dentro da ficção hilstiana, o editor é construído como um dos principais responsáveis pela ruína, pela mediocridade e pela mercantilização do sistema de valoração da literatura (BORGES, 2009, p. 125).

Posicionar-se para além das margens convencionais contribuiu para que seu nome sempre estivesse volitando, embora não com a ressonância desejada, no campo literário brasileiro e modificando, em certa medida, aspectos do funcionamento desse espaço. Devido à singularidade e ousadia de seu projeto, posso dizer que a escritora se deparou com aquilo que Pierre Bourdieu (1996) definiu como uma “posição por construir”, precisando inventar, contra as posições já estabelecidas e ocupadas, mecanismos de definição para uma obra do entre-lugar e para uma personagem social sem precedente “profissional em tempo integral, consagrado ao seu trabalho de maneira total e exclusiva, indiferente às exigências da política e às injunções da moral e não reconhecendo nenhuma outra jurisdição que não a norma específica de sua arte” (p. 95). No mesmo aspecto, insiro a estratégia do clube literário com a diferença de aliar a reprodução de documentos fora da circulação do mercado editorial oficial com as publicações da Companhia das Letras, uma das principais editoras do país e nova casa editorial de Hilda Hilst. Ambos se retroalimentam da energia social e auxiliam na produção da crença na autora.

Inicialmente como uma loja virtual para a comercialização de produtos em torno do nome de Hilda Hilst – já pautados no acervo pessoal do Instituto Hilda Hilst -, o “Obscena Lucidez” possui o site institucional e as redes sociais como um de seus

principais canais de divulgação. Particularmente foi em uma dessas redes que deparei com a proposta do clube e me associei em dezembro de 2016.

No clube, existe a possibilidade de se associar por um ano, oito ou quatro meses, além de adquirir caixas avulsas, o que implica em diferentes valores de assinaturas. Até o momento da escrita deste texto, sete caixas com produtos relacionados ao universo de Hilst foram enviadas aos associados de diversas partes do país. Apesar do Instituto não divulgar a quantidade de associados, é possível realizar uma estimativa ao identificar em algumas das reproduções a tiragem de duzentas unidades.

A primeira caixa enviada era composta de uma reprodução inédita de um desenho da cartunista Laerte Coutinho dedicado a Hilda Hilst; o livro *Pornô chic* – edição que reúne os livros da fase obscena – e um sabonete de pitanga visando prevenir o envelhecimento precoce. Integravam a segunda caixa, a reprodução de um datiloscrito de um poema inédito de Hilda; reproduções de fotos da infância da escritora; um pôster, um monstro de feltro e um óleo corporal.

A terceira coletânea apresentou um áudio em fita K7 de uma entrevista inédita de Hilda a Mora Fuentes; a reprodução de quatro cartas trocadas entre os escritores; o livro *O cordeiro da casa*, de Mora Fuentes e um bloco de papel. A quarta caixa apresentou as ilustrações de Hilst, reproduzidas em um azulejo decorativo e em uma ecobag personalizada; bóton, postal e reprodução de um de seus desenhos localizado em sua biblioteca pessoal.

A quinta caixa continha uma reprodução do datiloscrito da crônica “Receitas antitédio carnavalesco”, de Hilda Hilst; pôster, bóton e cartão postal com releituras de capas das primeiras edições de seus livros; além de imãs de geladeira e uma caderneta. A sexta coletânea foi composta da obra *Da poesia*, que reúne toda a obra poética da autora, lançada pela Companhia das Letras; reproduções de dois manuscritos de poemas inéditos; cartões postais, bóton e uma série de itens gráficos. Além disso, trouxe um convite para passar uma tarde lírica na Casa do Sol e um cupom de desconto para participar do Programa de Residências. Ainda não recebi a sétima caixa, todavia pelas redes sociais sei que trará um exemplar autografado do novo disco de Cida Moreira, "Soledade Solo", e uma gravação exclusiva da cantora interpretando textos de Hilda Hilst.

O clube propicia a circulação de determinadas memórias sobre a vida literária de Hilda, previamente selecionadas pela curadoria. Em uma das cartas assinadas

pelo presidente do Instituto, Daniel Fuentes, que acompanham as “caixas obscenas”, deparei com um relato significativo: “os objetos da caixa foram escolhidos pela curadoria do IHH na tentativa de recriar a atmosfera de cores, cheiros, texturas e lembranças”. Traduz, assim, o acervo pessoal como um empreendimento coletivo, fruto de seleções, descartes, tensões no intuito de instaurar determinadas leituras sobre a titular e a própria instituição de memória. Desse modo, não é possível analisar o acervo documental sem inseri-lo no contexto e na cultura institucional da Casa do Sol:

A criação de uma instituição desse gênero pode ser vista como um passo estratégico no processo de monumentalização da memória de seu patrono, seja ele seu instituidor, [...] seja a instituição produto da ação de herdeiros, após a morte do titular. Nesse último caso, em geral, a justificativa manifesta da instituição é resgatar, preservar e divulgar a memória do personagem, constituindo-se em espaço para a evocação de sua imagem e a atualização dessa trajetória, lembrada e ressignificada em trabalhos acadêmicos, exposições, eventos e comemorações. O acervo do titular, por meio desse processo, é aproximado da noção de ‘legado’ histórico, inserindo-se no universo de bens simbólicos. [...] O arquivo confere prestígio e legitimidade a instituição, como ocorre, aliás, de maneira geral, com instituições consagradas ao legado de um personagem. De fato, a legitimidade dentro do campo de instituições de memória depende, em grande parte, da capacidade de abrigar acervos, de reunir peças e documentos inéditos – que funcionam como manifestação material do legado – ou, ao menos, de produzir um discurso convincente e documentado na apresentação do personagem e de sua trajetória (HEYMANN, 2005, p. 50-53).

A questão se torna mais emblemática quando o acervo continua abrigado na residência do titular transformada em instituição de memória. A casa pode ser lida, nesse caso, como uma peculiar construção autobiográfica com forte assinatura que desconhecera as fronteiras entre vida e obra e tumultuaria os limites entre esfera pública e os domínios do privado (CUNHA, 2003). A especificidade nesse caso extrapola a ideia de uma loja que comercializa souvenirs relacionados ao universo de Hilda Hilst, trata-se de um clube de pessoas interessadas em colecionar fragmentos de memórias previamente selecionados e, ao mesmo tempo, financiar projetos em prol da realização de ações controladas em torno da produção da crença na escritora. É, por isso, que concebo o acervo literário como uma “invenção composta de muitas invenções”, constructo que constantemente se reinventa nas tramas da economia de símbolos.

Ao participar do Clube “Obscena Lucidez”, eu contribuo financeiramente para a manutenção das atividades do Instituto Hilda Hilst, para a preservação de seu acervo pessoal e para a circulação da energia social em torno de sua marca. Do

mesmo modo, também recebo mensalmente em minha residência – extensão da Casa do Sol – fragmentos do acervo que, por sua vez, se mescla ao meu acervo pessoal e institui novos acervos sobre Hilda Hilst. Além disso, essa participação me permite reforçar o entendimento do acervo enquanto obra e ampliar a percepção do que concebo como literatura e como uma sócio-anthropologia da vida literária. É certo que ainda são reflexões iniciais sobre um projeto que ainda não completou um ano de idade. Fica o desafio de investigar suas reverberações, especialmente na compreensão de como os acervos compartilhados inspiram o surgimento de novos produtos e de novas estratégias de reinvenção de Hilda Hilst no campo de produção simbólico.

Referências Bibliográficas

ABREU, Regina. *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.º 21, 1998.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura - Obras escolhidas*. Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BORGES, Luciana. Narrando a edição: escritores e editores na Trilogia obscena, de Hilda Hilst. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, Brasília, n.º 34, jul./dez. 2009.

BOURDIEU, Pierre. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo: Zouk, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BRITTO, Clovis Carvalho. *A economia simbólica dos acervos literários: itinerários de Cora Coralina, Hilda Hilst e Ana Cristina César*. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de Brasília, 2011.

CASTRO, Celso; CUNHA, Olívia. Quando o campo é o arquivo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.º 36, 2005.

CUNHA, Eneida Leal. A “Casa Jorge Amado”. In: SOUZA, Eneida Maria de; MIRANDA, Wander Mello (Orgs.). *Arquivos literários*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

DELGADO, Andréa Ferreira. *A invenção de Cora Coralina na batalha das memórias*. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, 2003.

DINIZ, Cristiano (Org.). *Fico besta quando me entendem: entrevistas com Hilda Hilst*. São Paulo: Globo, 2013.

FARIAS, Edson. Economia e cultura no circuito das festas populares brasileiras. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 20, n.º 3, set/dez 2005.

GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.º 21, 1998.

HEYMANN, Luciana Quillet. Os fazimentos do arquivo Darcy Ribeiro: memória, acervo e legado. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.º 36, 2005.

HEYMANN, Luciana Quillet. Cinquenta anos sem Vargas: reflexões acerca da construção de um “legado”. *XXVIII Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, 2004.

HILST, Hilda. *A obscena senhora D*. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

MASSUELA, Amanda. *Instituto cria “clube de assinaturas” para disseminar acervo de Hilda Hilst*. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/instituto-cria-clube-de-assinaturas-para-disseminar-acervo-de-hilda-hilst/>>. Acesso em: 4 jun. 2017.

PÉCORA, Alcir (Org.). *Por que ler Hilda Hilst*. São Paulo: Globo, 2010.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. *A danação do objeto: o museu no ensino de história*. Chapecó: Ed. Argos, 2004.

RODRIGUEZ, Mariana Cerqueira. *Materialidade e imaterialidade na transformação de residências particulares em patrimônio cultural: Hilda Hilst e a Casa do Sol*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de São Paulo, 2015.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da; LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Por uma antropologia do objeto documental: entre a “alma nas coisas” e a coisificação do objeto. *Horizontes Antropológicos*, v. 11, n.º 23, 2005.

VASCONCELOS, Eliane. Um sonho drummondiano. *Anais do I Seminário sobre Museus Casas*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1997.